COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.537, DE 2006 (MENSAGEM Nº 372/2006)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 06 de fevereiro de 2006.

Autora: Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional

Relator: Dep. VILSON COVATTI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em apreço tem por objetivo aprovar o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 06 de fevereiro de 2006.

Dispõe o parágrafo único do Projeto de Decreto Legislativo sob exame que os atos que possam resultar na revisão do Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

O referido Acordo tem como objetivo, declarado em seu Artigo I, “promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes, que serão oportunamente determinadas.” Tais áreas serão definidas posteriormente mediante ajustes complementares. O Acordo estabelece a formação de uma Comissão Mista Bilateral para tratar das atividades de cooperação técnica e fixa as obrigações de cada um dos

pactuantes quanto ao sigilo das informações obtidas, ao apoio logístico e à concessão de vistos ao pessoal da outra Parte Contratante, à isenção de taxas e impostos para os bens fornecidos por uma parte à outra e à forma de solução de controvérsias decorrentes do Acordo.

O Ministério das Relações Exteriores, em sua Exposição de Motivos, ressalta que as relações entre Brasil e República Dominicana intensificaram-se recentemente e que o presente Acordo é fruto do interesse de cooperação manifestado pelo Presidente daquele país, Leonel Fernández, quando visitou o Brasil em 2004. Além disso, a Exposição de Motivos esclarece que a cooperação objeto do Acordo em exame poderá envolver instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, organismos internacionais, fundos regionais e terceiros países, em cooperação triangular.

O Acordo, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 372/2006, do Poder Executivo, foi distribuído inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que concluiu pela aprovação do aludido Acordo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo ora examinado.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, IV, "a", do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.537, de 2006, bem como do Acordo por ele aprovado.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Assim sendo, está na competência do Poder Executivo assinar o presente Acordo, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada.

No tocante à constitucionalidade, tanto o projeto de decreto legislativo em exame quanto o Acordo por ele aprovado não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna, bem como obedecem aos requisitos constitucionais formais.

No que tange à juridicidade, o projeto de decreto legislativo em exame e o Acordo por ele aprovado estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado tanto no Projeto de Decreto Legislativo nº 2.537, de 2006, quanto no texto do Acordo firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.537, de 2006.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2007.

Deputado VILSON COVATTI
Relator